

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 025988/2021

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de Papel Grau Cirúrgico, para atender às necessidades da rede municipal de saúde, pelo período de 12 meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes:

Hospital Municipal Raul Sertã;
Hospital Maternidade Mario Dutra de Castro;
Subsecretaria de Atenção Básica;
Estratégia de Saúde da Família.

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.5. Tipo: Menor preço GLOBAL, nos termos da Lei nº. 8666/93.

1.6. Caso haja DIVERGÊNCIA entre o descritivo dos itens no edital licitatório e no portal COMPRASNET do governo federal, PREVALECERÁ O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL LICITATÓRIO.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO:	U/c	QUANT.
1	443437	Papel Grau Cirúrgico tamanho 12cm x 100m	ROLO	150
2	462298	Papel Grau Cirúrgico tamanho 15cm x 100m	ROLO	1014
3	442386	Papel Grau Cirúrgico tamanho 30cm x 100m	ROLO	631
4	442387	Papel Grau Cirúrgico tamanho 50cm x 100m	ROLO	182



OBS: A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR EM REGIME DE COMODATO 28 (VINTE E OITO) SELADORAS, DISTRIBUÍDAS DA SEGUINTE MANEIRA:

05 SELADORAS PARA A SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA

20 SELADORAS PARA A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

03 SELADORAS PARA O HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO

2.2. O quantitativo solicitado deverá atender a estimativa de consumo das unidades conforme disposto na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO:	U/c	HMRS	HMMD	SAB	ESF	QUANT.
1	Papel Grau Cirúrgico tamanho 12cm x 100m	ROLO	150	0	0	0	150
2	Papel Grau Cirúrgico tamanho 15cm x 100m	ROLO	240	36	248	490	1014
3	Papel Grau Cirúrgico tamanho 30cm x 100m	ROLO	200	42	146	243	631
4	Papel Grau Cirúrgico tamanho 50cm x 100m	ROLO	100	54	12	16	182

2.3. O quantitativo acima foi obtido por metodologia quantitativa, com base na memória de cálculo de cada uma das unidades requisitantes, deste histórico se obtém o consumo de 12 meses. Conforme justificativas anexadas pelos setores.

2.4. Considerando que a memória de cálculo dos últimos anos para os itens efetivamente gastos pelas especialidades traz informações inconclusivas, visto que, em certos momentos não se detinha equipe completa para efetuar os procedimentos, outrora não disponibilizava de materiais / equipamentos, fatos estes que subestimaram a necessidade da Unidade de Saúde, desta forma, optou-se por buscar as informações com cada responsável pelo serviço para levantar o quantitativo real nas condições ideais, que é o que se busca. Paralelo a isto, o descritivo incompleto e até mesmo defasado de alguns produtos inviabiliza as cotações e futuras aquisições, diante disto, a atual gestão buscou a proximidade com os profissionais que de fato manipulam os materiais solicitados, visando rever os descritivos.

2.5. Considerando que para alcançar o melhor resultado dentro das limitações elencadas, foram também pesquisados em atas de Registro de preços nº 0113/2020, constantes no processo licitatório anterior nº 07435/2020, com algumas alterações para mais ou para menos, conforme a demanda de utilização observada nos últimos 12 meses, justificando assim o quantitativo apresentado.

2.6. Assim, a equipe técnica, em conjunto com os responsáveis pela especialidade, alcançou o quantitativo e itens ora apresentados, sendo este calculado de acordo com os levantamentos apontados em número de procedimentos.



3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de PAPEL GRAU CIRÚRGICO se justifica pelo seu uso nos processos de esterilização em autoclaves.

3.3. A finalidade do papel grau cirúrgico é impedir a passagem de microrganismos bem como a manutenção da esterilização dos materiais.

3.4. A utilização do papel grau cirúrgico visa também a organização dos instrumentais a serem utilizados em cada procedimento e fornecer a evidência do processo de esterilização nos padrões sanitários exigidos pela ANVISA, visto que o material esterilizado em papel grau cirúrgico não vence a esterilização, garantindo a segurança dos usuários.

3.5. Tal aquisição atenderá a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 meses.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. A empresa Contratada deverá disponibilizar em regime de comodato, sem custos para a Contratante, 28 (vinte e oito) seladoras, conforme quantidade e especificações técnicas que seguem abaixo:

- 4.1.1. 03 seladoras para o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;
- 4.1.2. 05 seladoras para a Atenção Básica;
- 4.1.3. 20 seladoras para atender à Estratégia de Saúde da Família;

4.2. As seladoras, previstas no subitem 4.1.1, deverão ser automáticas, de selagem contínua, em estrutura de aço, utilizando o princípio de esteiras, arrastando a embalagem por correias sincronizadas. Ademais, deverão possuir ainda as seguintes especificações e funções:

- 4.2.1. Devem ser para ambiente hospitalar;
- 4.2.2. Voltagem – Bivolt;
- 4.2.3. Altura máxima da embalagem – de 10 cm a 35 cm;
- 4.2.4. Comprimento da embalagem: sem limite;
- 4.2.5. Devem selar e imprimir data em alto-relevo, em uma só operação;
- 4.2.6. Possuir controle de velocidade;
- 4.2.7. Controle de calor: mínimo 170º e máximo 180º;
- 4.2.8. Regular a largura da solda: de 6mm a 12mm;
- 4.2.9. Regular a altura para adequação ao tamanho da embalagem;
- 4.2.10. Regular distância da esteira para adequação ao tamanho da embalagem;
- 4.2.11. Ajuste para espessura do plástico;
- 4.2.12. Possuir ventoinha para o resfriamento do material selado.

4.3. Já as seladoras previstas nos subitens 4.1.2 e 4.1.3 deverão possuir as seguintes especificações:



- 4.3.1. Conter pedal;
- 4.3.2. Largura de solda de 13 mm, de acordo com o exigido pela ANVISA;
- 4.3.3. Controlador de temperatura analógico;
- 4.3.4. Sistema de arraste através de correias sincronizadas;
- 4.3.5. Resistência;
- 4.3.6. Cartucho;
- 4.3.7. Estrutura de aço com pintura eletrostática;
- 4.3.8. Potência de 400W;
- 4.3.9. Medidas 500 mmx350mmx400mm;
- 4.3.10. 17 Kg;
- 4.3.11. Tensão de 220volts.

4.4. Todas as seladoras acima especificadas deverão estar de acordo com normas da ANVISA.

4.5. A empresa vencedora deverá apresentar garantia do equipamento, bem como realizar a manutenção imediata, sempre que notificada de algum problema, e, caso seja necessário, deverá efetuar a troca do aparelho em tempo hábil, de forma a não causar prejuízos no processo de trabalho das unidades.

5. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

5.1. O fornecimento será efetuado de forma parcelada conforme conveniência e necessidade da unidade, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho.

5.2. Os itens solicitados deverão ser entregues no Almojarifado Central, localizado na Av. Conselheiro Julius ARP, nº 80, Bloco 12, Galpão 202, Centro, Nova Friburgo-RJ, no horário de 09h às 16h, de segunda-feira a sexta-feira.

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

- 5.5.1. Entregar os produtos em sua embalagem original contendo, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;
- 5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
- 5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de



qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2.. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recursos abaixo descritos:

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30-45

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200702.188;

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 30001.1030200702.189;

Atenção Básica: 30001.1030100872.316;

Estratégia de Saúde da Família: 30001.1030100872.318.

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

9. DA LIQUIDAÇÃO



9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3. FGTS;
- 10.1.4. PGE-Referente a Dívida Ativa;
- 10.1.5. Municipal – referente ao ISS;
- 10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; As empresas em que estiverem Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme art. 58 da Lei 11101/2015;

11.2. Não poderão participar os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.3. A participação do representante legal da empresa far-se à por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

- 12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.1.2.. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;
- 12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1 de 1 a 6;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- 13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 13.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



13.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da aquisição, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos presentes materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Fernanda Medeiros Rodrigues	468.036	Gestora Titular
Céres Lourenço Teixeira	062.195	Gestora Substituta
Ângela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Cristina Monteiro Gomes	290.212	Fiscal Titular
Carlos Alberto dos Santos Mattos	299.415	Fiscal Substituta

16.3. O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

16.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

16.7. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da entrega, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.8. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

16.9. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.1.1. Comete infração administrativa:

17.1.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.1.5. Não manter a proposta;

17.1.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos de cada unidade requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19. DA RESCISÃO

19.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

19.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

19.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.



19.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo, 23 de Novembro de 2021.

Termo de referência elaborado por:

Fernanda Medeiros Rodrigues
Matrícula: 468.036
Gestão de Processos e Contratos - SMS

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 7º, §2º, inciso I da lei federal nº 8666/93, bem como autorizo ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137